

Da saudade à ninguendade: portugueses e brasis

Gilberto Felisberto Vasconcellos*

RESUMO

Este artigo aborda o cotejo entre a cultura portuguesa conforme o ensaísta Eduardo Lourenço, e a cultura brasileira segundo o antropólogo Darcy Ribeiro. O cotejo está centrado na idéia sobre a saudade e a idéia de ninguendade, tendo por vetor o processo de colonização iniciada no século XVI. Trata-se da discussão a cerca do papel específico de Portugal como colonizador e, ao mesmo tempo, satelizado pela Inglaterra, que exerceu hegemonia econômica e cultural na Europa e América Latina desde o século XVIII.

Palavras-chave: Colonização. Periferia. Ressentimento.

Considerado por José Guilherme Merquior um dos mais argutos críticos da cultura do século XX, Eduardo Lourenço(1999) é autor de uma notável reflexão sobre as relações culturais e os mal entendidos entre Portugal e Brasil: “Paradoxalmente, é na periferia latina, onde outrora a crítica da cultura era prerrogativa de pensadores do talhe de Croce ou Ortega, que ela sobrevive como gênero literário, na pena do mexicano Octávio Paz (*Os Filhos do Barro*) ou do português Eduardo Lourenço (*Heterodoxia, O Labirinto da Saudade*).” (MERQUIOR, 1990. p. 151). O artigo – “Nós e o Brasil: ressentimento e delírio” – aborda o que é ser colonizado diante do ex-colonizador (LOURENÇO, 1999). A análise psicanalítica do comportamento cultural de ambos os países¹, releva a tendência – observável a partir da década de 60 – de o intelectual brasileiro desdenhar o que passa culturalmente em Portugal, sob a alegação de que a pátria de Camões converteu-se em país periférico, atrasado, em muitos aspectos dependente, que teria perdido o bonde da história ludibriado pela Inglaterra. Esse é o juízo difuso compartilhado pela maioria dos intelectuais brasileiros, os quais preferem se espelhar em outros paradigmas, tidos como mais modernos e avançados que se situam fora do mundo ibérico.

Eduardo Lourenço percebeu a atitude reativa e equivocada de dar as costas a Portugal, chamou nossa atenção para tal lapso: nunca comemoramos o momento em que o Brasil veio ao mundo no século XVI, como se tivesse sido desastroso o encontro de Portugal com o trópico. Por isso jamais celebramos “um místico dia de abril de 1500”, no dizer de Eduardo Lourenço. Não carecemos dessa comemoração; trata-se de uma recordação que não nos faz falta, não eleva nossa estima como nação. O recalque ou o repúdio da hora em que nascemos sintoniza-se com o poder cultural no Brasil contemporâneo, cuja ideologia dominante é a dos estamentos das multinacionais estrangeiras. Que seja aqui evocado o depoimento de um ensaísta português que viveu entre nós: “Sei como incluir Brasil no mundo português levanta susceptibilidades, mas bem à vontade estou para tratar do assunto, já que voluntariamente me tornei brasileiro[...]”(LOURENÇO, 1982 p. 36).

Para Eduardo Lourenço, a atitude de não celebrar nacionalmente o descobrimento português está ancorada em um ressentimento que refuta a paternidade, como se fôssemos na história, ou gostaríamos de ser, o resultado de um auto-engendramento: os brasileiros seríamos

* Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora.

uns “filhos de si mesmos”, ou seja, uma “nação sem pai”. Essa desejada orfandade dispensaria o *membrum virile* do colonizador, a lembrar o folclore supersticioso da mandioca, planta mística e autóctone dos trópicos em cuja gestação só tem mãe, macho algum. Todavia, o índio, segundo Eduardo Lourenço, não é brasileiro nem pode ser considerado o pai do Brasil, que nasceu com a expansão europeia do século XVI. O ensaísta adverte, por outro lado, quanto ao delírio metropolitano de que não somos etnicamente senão os seus descendentes. A outra banda de Portugal: os filhos bastardos da história universal. Eça de Queiroz certa feita definiu o homem brasileiro como um “português dilatado pelo calor” (QUEIROZ, apud LESSA, 2002, p. 23).

A macroetnia nacional não se identifica à matriz indígena, mas a ausência de mulheres brancas é uma inegável evidência empírica no século XVI, de modo que o fenótipo da maioria da população é fruto do ventre da cunhã, não obstante o caráter étnico homogêneo da atual sociedade brasileira.

Ao tomar conhecimento da interpretação de Eduardo Lourenço acerca da recusa da paternidade na representação de nós mesmos, quis cotejá-la com a abordagem do antropólogo Darcy Ribeiro e sua tipologia etnonacional dos povos americanos. Esse antropólogo das civilizações, que analisou o processo civilizatório da humanidade a partir da visão da América, compreendeu a genealogia do povo brasileiro com a destrabalização dos indígenas no século XVI, de que resultou primeiramente – antes da importação do escravo da África – o tipo mameluco, o misturado, aquele nascido de útero silvícola com pai branco, português e colonizador. Por conseguinte, o mameluco é o primeiro brasileiro, e não o índio. Se Eduardo Lourenço escreveu a “psicanálise de Portugal” (LOURENÇO, 1982, p. 177).

Darcy Ribeiro fará algo semelhante com a expansão extra-européia, focalizando a gestação do mameluco na protocélula luso-tupi da cultura brasileira: um mestiço aliado do europeu predador de índios. Em seu livro *O Brasil como Problema* sintetiza o ponto inicial da miscigenação:

[...] a mulher indígena, prenhada por um branco, pare um filho. Esse filho quem é? É um fruto da terra, que não se identifica com o gentio materno e não é reconhecido como igual pelo pai europeu, que o trata com desprezo. Etnicamente é um ninguém. Um ser solto no mundo, sem ter um corpo étnico com o qual se identifique. Torna-se prontamente um celerado, ser solto na história, dotado de extrema capacidade destrutiva. É um mameluco que funcionará como exterminador de todos os grupos indígenas com que se defrontar para convertê-lo em cativos. (RIBEIRO, 1995).

Os jesuítas chamavam os velhos paulistas de mamelucos, denominação lembrada por Darcy Ribeiro, valendo os exterminadores das populações indígenas, que hoje seriam mamelucos multinacionais, tendo São Paulo no papel de recolonizador industrial, sede do capital estrangeiro e metrópole sateletizada pelo sistema capitalista mundial. Conhecedores da floresta tropical, os mamelucos integraram as Bandeiras para destruírem o berço materno. Associados hoje aos estamentos multinacionais, os paulistas descendentes dos antigos mamelucos predadores dos índios são os auxiliares da dependência do país. O perfil mameluco reveste-se assim de um feitio plástico: dos bandeirantes aos gerentes e executivos de multinacionais. Na civilização brasileira o filho da mãe indígena volta-se contra os seus irmãos descendentes.

Fruto da expansão capitalista mercantil ibérica, o Brasil surgiu como uma formação sócio-cultural escravista-colonial. Depois, na seqüência da revolução industrial do petróleo e do motor a combustão, incorporou as conquistas tecnológicas pela via reflexa e dependente, e não através da aceleração evolutiva e autônoma, de modo que da indústria têxtil-químico-metalúrgica à eletrônica transistorizada reproduzimos a herança colonial no relacionamento com os núcleos

cêntricos (anglo-saxônicos) do capitalismo, tendo uma classe dominante subalterna e antinacional, um proletariado concentrado em poucas regiões do país e uma enorme massa marginalizada que não consegue se assalariar com emprego fixo. Acrescentem-se, neste limiar do século XXI, a desestatização da sociedade brasileira e a privatização internacional do território.

A paternidade sob o signo da rejeição, eis o perfil psicológico do mameluco. O começo da miscigenação. Mãe índia e pai português. Se no início as relações foram relativamente amistosas, isso se rompeu com a cultura do engenho de açúcar. O pai não aceita o mameluco em sua condição culturalmente híbrida e singular, que não é mais índio e nem branco, mas conservando a língua e os traços culturais maternos, sendo que o beijo foi trazido pelos portugueses. Socialmente o mameluco é marcado pela ambigüidade: opressor do gentio materno e oprimido como serviçal *del-rey*. Resulta daí sua derrelicta ninguedade, o drama de ser dois ao mesmo tempo e não ser ninguém, compelido a enfrentar o seguinte dilema: permanecer bagatela ou tornar-se brasileiro. O drama do duplo e do ambíguo. A personalidade pendular. Índio algum se converteu ao cristianismo. Apenas acomodação. Nem cruz nem mercado. A competição entre católico e protestante provocou a ruptura da solidariedade de tribal. O barroco não salvou o índio. Somente ao assumir o destino de brasileiro é que será alguém.

Em seu romance *Migo*, Darcy Ribeiro perguntava em primeira pessoa qual é a do mameluco: “Quem somos nós? Existimos para quê? Por quê? Para nada?” Não se trata de ausência de pai, e sim de desprezo. O sentimento de desprezo mesclado à violência contra os filhos da mãe indígena destribalizada. Não houve efetivamente assimilação cultural com miscigenação. Não houve fusão de múltiplas etnias na macroetnia nacional. O indígena foi compelido a transfigurar-se culturalmente, de modo que ocorreu o conflito entre tribo e sociedade com a deculturação de índios e negros. O Brasil constituído de um proletariado externo das metrópoles colonialistas. O “povo novo”, segundo Darcy Ribeiro, é uma categoria litotes, porque desíndio, deseuropeu e desafricano. Não somos índios, não somos europeus, não somos africanos. Esse pequeno gênero humano, de que falava Simon Bolívar no século XIX, não pode ser visto apenas como expressão étnica, porque sua gestação e sua continuidade na história são indissociáveis da engrenagem econômica colonial, de que a ninguedade é reflexo psíquico, assim como atualmente ao ingressar na era industrial pós-petróleo, que exige áreas extensas de “plantation” biomassa, é eminente o risco de se configurar a ninguedade territorial, com um Estado-nação independente e um território vendido a empresas estrangeiras.

A tipificação dramática do mameluco no cinema de Glauber Rocha é o personagem Antonio das Mortes, o qual desempenha papel fundamental nos filmes *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e *o Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro*. Mameluco, jagunço, matador de cangaceiro, Antonio das Mortes é um sertanejo que persegue seus irmãos paridos do mesmo gentio materno. Sua protogênese é aquela apontada pelo antropólogo Darcy Ribeiro: a primeira geração de mameluco guiou na floresta tanto o colonizador português, quanto o bandeirante paulista preador da indiada. Eduardo Lourenço realçou este aspecto na história da colonização do Brasil: o mau trato aos índios foi praticado conjuntamente por portugueses e brasileiros. Para Darcy Ribeiro, o índio foi o “outro”, discriminizado pelas populações de neobrasileiros, incluindo o caboclo e o sertanejo. O “outro” é a ninguedade, é o pária, o marginalizado, portanto justificável alvo de etnocídio e genocídio, sem que com isso sobrevenha qualquer sentimento de culpa ou má consciência. O próprio índio civilizado passou a odiar o índio tribal. Algo semelhante sucedeu em todos os países da América Latina. O mulato se julgou superior ao negro, o mestiço superior ao mulato, assim não se solidarizaram num mesmo destino as camadas sociais inferiores.

Nascido depois de 1501, o mameluco descendente de mãe indígena exercerá o flagelo contra ela, querendo identificar-se com o pai branco e colonizador, mas por este desprezado e rechaçado. Essa é a origem do povo brasileiro que irá desempenhar a função de proletariado externo das nações colonialistas e imperialistas. *Os Índios e a Civilização* de Darcy Ribeiro, (RIBEIRO, [n/d]) que combina análise científica com libelo humanista, é um livro tão visceral na literatura brasileira quanto *Os Sertões* de Euclides da Cunha. O lar sem teto dos despojados. A mão de obra barata para ser desgastada na produção de mercadorias. Gastar e jogar fora. Gente-lixo. O autor de *O Povo Brasileiro* mostrou a complexidade do processo colonial. A dificuldade em aliançar as camadas oprimidas, exploradas e marginalizadas da população. Os padres e missionários foram tão deletérios aos índios quanto o traficante, o patrão, o regatão e o seringalista. A desculturação do indígena empreendida por portugueses e brasileiros o levou à miséria, à penúria, à mendicância e à marginalidade cultural. Para designar o desengano dos índios Darcy Ribeiro valeu-se da expressão “apatia elegíaca” do etnólogo Curt Nimuendaju. Essa nódoa no processo civilizatório será ampliada mais tarde com a importação de negros africanos escravizados nos latifúndios. Sua deculturação teve o mesmo objetivo: o de gerar lucros exportáveis, os quais continuam sendo os principais responsáveis pela atual inabsorção da força de trabalho da população no moderno sistema produtivo da sociedade brasileira.

Recrutando os belicosos mamelucos como tropa de choque para caçarem os índios e penetrarem o território, os bandeirantes paulistas são vistos por Eduardo Lourenço sob o ângulo de uma gesta protagonizada por Jonh Waynes e Rambos. O ensaísta português, não reivindica para Portugal o papel pós-tutelar de pai do Brasil, mas lamenta a inconsistência de nosso ressentimento que nos faz esquecer a façanha oceânica dos portugueses no século XVI. Não sabemos se a palavra exata é “ressentimento”, ou rancor, ou desilusão por ter sido o português o colonizador; na verdade, o recalque no que tange às descobertas não provém de uma crítica à expansão colonialista do sistema capitalista, mas de uma injustificada atitude de preferir um colonialismo a outro, sem entender a contraparte necessária de metrópole e colônia; assim Portugal passa a ser o fator causal do atraso e do subdesenvolvimento, o que teria sido diferente se o descobridor do Brasil fosse outro país europeu.

A avaliação histórica dos brasileiros sobre Portugal não pode ser feita sem o exame crítico da introjeção, nas elites intelectuais, da ideologia anglo-saxônica na fase do capitalismo monopolista. Platitudo é constatar que toda colônia existe para transferir trabalho e ser objeto de saque e rapina. Vale mencionar a aporia em que se enredou o maior historiador português, Oliveira Martins, ao problematizar a “tentação do mar” com o abandono da horta e a re-atualização no século XVI de Roma e Cartago: “O grande negócio ultramarino sob a forma de especulação mercantil, e a ação dos metais preciosos que a América vazava sobre a Europa, dando origem ao regime bancário, imprimiram ao velho mundo um caráter ainda não visto. Vivendo até aí sobre o fecundo de riquezas próprias exploradas com o trabalho dos seus habitantes, a Europa desenvolvia-se normalmente.” (MARTINS, 1981, p. 159). Do centro colonial para a América. Um ensaísta contemporâneo brasileiro, Adriano Benayon, questiona se Portugal e Espanha foram de fato centros por causa da participação estrangeira em seus negócios e finanças. “A expansão colonial de Portugal nos séculos XV e XVI emprestou-lhe algumas características de centro, mas suas finanças eram dirigidas em parte por estrangeiros” (BENAYON, 2005). O comércio exterior manejado por banqueiros com sede em outros países, eis também a situação da Espanha. Se a direção econômica do país não se encontra no próprio país, então não é centro, segundo Benayon. Em 1660 Portugal tornar-se-á protetorado da Inglaterra, o fim do Brasil holandês ocorre pouco antes, em 1654, coincidindo com os conflitos entre Inglaterra e Holanda pela cobiça de além-mar.

Portugal e Brasil: nações marginalizadas no mundo capitalista industrial. Portugal atado a um místico passado de grandeza; Brasil, país condenado a permanecer sempre no futuro irrealizável, com a nostalgia de um futuro da fartura que nunca chega, por isso o imaginário cultural brasileiro apresenta-se estranhamente eufórico, segundo observação de Eduardo Lourenço. Trata-se de uma euforia drogada pela miragem de futuro, e com um passado que não nos engrandece. A glória do passado não nos pertence. A despeito do que canta o hino nacional, nunca tivemos momento algum de apogeu, o povo ainda não entrou na história do Brasil. Se estamos condenados euforicamente ao tempo futuro, é menos pela história que nos tem sido madrasta do que pela geografia dos trópicos, a qual permanece como promessa tantas vezes evada de locução ufanística. Eduardo Lourenço tem razão: o estado de euforia rasura o trágico, porém não se opõe à tragédia efetiva da vida miserável e do genocídio da população. Euforia impotente e, no fundo, triste.

De certo o consórcio anglo-luso rapinou a colônia. Desde 1703 o ouro brasileiro foi remetido para Inglaterra, o que acabou por tirar do páreo o capital comercial holandês. O mar português dominado pela Inglaterra, dona dos mares com a conjunção de energia do carvão mineral e tecnologia da máquina a vapor. Se o foco sobre o quadro mundial incidir na Inglaterra, aparecerá Portugal como sub-metrópole dependente, exercendo o esdrúxulo “imperialismo de pobre”, segundo Eduardo Lourenço. O capitalismo em Portugal não gerou uma economia nacional. A percepção de seu papel intermediário foi turvada no Brasil pela situação de disfarce colonial, ao mesmo tempo em que a Inglaterra trazia para cá a estereotipia colonialista sobre os países tropicais como nações incapazes.

Inglaterra, Portugal, Brasil, eis o triângulo disfarçado embutido no intercâmbio econômico desigual. Referindo-se ao filósofo Heráclito, cai como uma luva o que escreveu Oliveira Martins sobre a simulação entre aparência e essência: “Dinheiro para comprar, bazófia para iludir; a veniaga de um lado, a farsa de outro [...]” (MARTINS, 1955, p. 265). A maioria dos intelectuais brasileiros até hoje tem uma visão simpática e deformada sobre a função da Inglaterra na rapinância colonial. A anglofilia medra entre nós a despeito do seguinte fato histórico: nosso primeiro credor é o inglês. A dívida externa começa com a Inglaterra, tendo Portugal por mediador. No dizer de um escritor mineiro lusófono, Antonio Torres, “o português era apenas o algoz e o carregador”. Agripino Grieco assinalou: o que se levou das Minas Gerais em ouro e diamante tudo foi “confluir para a burra dos argentários ingleses” (GRIECCO, 1977, p. 16). O disfarce é constitutivo do ser colonial e sua alienação, cujos efeitos serão extremamente nocivos na cultura brasileira, sobretudo à compreensão do país dentro do tabuleiro mundial. A farsa é extensiva à América latina como um todo. Eis o que consignou o cubano Jose Martí como se fosse uma fantasia carnavalesca: “Éramos una máscara con los calzones de Inglaterra el chaleco parisiense, el chaquetón de Norte América y la montera de España.” (ARGUMENO, 2004, p. 46). Antes de D. João VI cruzar o Atlântico, o embaixador inglês Paul Methew passava a perna em Portugal. Segundo Oliveira Martins, a Inglaterra protegeu Portugal a fim de destruí-lo. Com o Tratado de Methuen, Portugal converteu-se em “uma colônia vinícola da Inglaterra”. Citemos as palavras do historiador-artista: “O Tratado de 1703 reúne, como se sabe, à concisão epigramática de um texto romano, a agudeza penetrante de um negociante cartaginês, ou judeu. Portugal dará frutas e vinho aos ingleses; os ingleses darão a Portugal manufaturas e comer”. (MARTINS, 1981, p. 113).

A transferência de riqueza do Brasil, de que tanto lucrou a Inglaterra industrial capitalista, não foi, no entanto, reparada, passou despercebida, não foi vista pelos intelectuais brasileiros, os quais são propensos a simpatizar e admirar a Inglaterra como paradigma civilizatório, ao contrário do que

se verifica na Argentina com a forte tradição intelectual nacionalista, refratária ao capital inglês como agente civilizador. Um dos mais importantes ensaístas da Argentina, Juan José Hernández Arregui, mostrou que a estratégia cultural do imperialismo inglês sempre foi a de deprimir a vontade nacional. A Inglaterra derrubou Perón ajudado pela Igreja (ARREGUI, 2005, p. 165), enquanto no Brasil apareceu rebuçado, mascarado o domínio inglês, portanto não foi alvo ou objeto de ressentimento. A Inglaterra apropriou-se dos recursos naturais da terra, mas não implantou aqui um governo colonial, de modo que o imperativo econômico esteve separado da esfera política. A coerção extra-econômica não precisou ser acionada no caso do imperialismo capitalista da Inglaterra no Brasil, diferente da brutalidade genocida da colonização inglesa na Índia. O poder econômico do capital inglês entre nós, tendo por intermediário o colonialismo português, apartou-se do poder extra-econômico. O imperialismo é a universalização do valor de troca, ou seja, o imperialismo como hegemonia econômica, mas sem “colonial rule” (WOOD, 2005). É fundamental ter em mira o relacionamento triádico das metrópoles e sua sucessão conformando a sociedade brasileira, pois a anatomia da colônia implica antes a anatomia da metrópole: “Portugal, potência colonizadora; Inglaterra, potência imperialista até 1930. Portugal obstaculizou o desenvolvimento do capitalismo mercantil no Brasil, enquanto a Inglaterra o promoveu, mas barrou o desenvolvimento industrial. Este, por outro lado, foi promovido pelo capitalismo financeiro norte-americano.” (RANGEL, 2005, p.119.)

Os ingleses, mirando a travessia atlântica do século XVI, tiveram inveja do achamento do Brasil, mas não houve anexação dos territórios brasileiro e português; eles exerceram o domínio sem a posse territorial, trazendo o moderno imperialismo econômico, tal qual acontecerá mais tarde com o domínio norte-americano. Produzido pelo escravismo mercantil na colônia, o açúcar foi primeiramente distribuído na Europa pela Holanda; em seguida a hegemonia trasladou-se para o capital industrial inglês. Já no século XVIII Londres era a sede da Companhia das Índias. Farsantes também serão os colonizados que se contentam com a máscara, carnavalizada ou não, ocultando a contradição entre um espaço afortunado pela energia do sol e a civilidade injusta e injustificável da penúria. Essa máscara é de origem colonial e foi confeccionada pelas metrópoles. Sua função é desfocar a espoliação exógena ou torná-la um bem desejável, como se por meio dela universalizasse a prosperidade metropolitana. Caminhamos em rumo contrário à “pobreza disfarçada” lá de Portugal. Esperamos aqui a redenção ou – em termos econômicos – o progresso vindo com a modernidade do capital estrangeiro. O paraíso das multinacionais corresponde à pátria sem patrimônio, assim é refeita a ninguentude brasileira para ser moída pelos dentes do dragão imperial.

A máscara do disfarce metamorfoseia-se no decurso do tempo histórico. Sem dúvida cabe imputar aos efeitos do capitalismo videofinanceiro o seguinte paradoxo: quanto mais consolidado e onipresente é o domínio das multinacionais na estrutura produtiva do país, menos visível ele se apresenta no imaginário, sendo recalçado ou excluído como tema e assunto. Segundo Godard, o cinema dominante de Hollywood é a “industrie des masques” (GODARD, 1998, p. 169). Para o discurso do poder multinacional, que circula com desenvoltura da mídia às universidades, toda nossa desgraça se origina internamente; o mal está dentro de casa, não é determinado pela inserção do país no sistema capitalista mundial. Essa é uma das mais deploráveis facetas da ideologia justificadora do colonialismo, sobretudo do novo colonialismo advindo com a presença predominante de corporações multinacionais, cujos estamentos gerenciais estrangeiros ocupam, com seus prepostos diretos ou indiretos, altas funções nos governos. Os estamentos executivos dessas grandes empresas são as classes dominantes, portanto a ideologia dominante da sociedade brasileira é multinacional, coincidindo agora com o esgotamento do combustível

fóssil em escala mundial, a mais grave crise energética na história do capitalismo. É nesse contexto que se altera o relacionamento das nações dominantes com as dominadas e nesse quadro geográfico que surge o novo colonialismo energético: a alternativa ao petróleo e ao carvão mineral encontra-se na energia da biomassa extraída dos trópicos. Inaugura-se uma outra etapa do colonialismo com o caso do combustível petróleo na economia mundial. Não mais se trata da antiga função supridora de produtos agrícolas e matérias primas, e sim fontes energéticas vegetais que serão aqui convertidas em combustíveis. É a alcoolquímica substituindo a petroquímica. Invés de hidrocarboneto - os hidratos de carbono, o que nega a idéia corriqueira e equivocada de que a indústria seja sinônimo de petróleo. Tudo o que se faz em indústria e transporte com o carvão mineral e petróleo, pode ser feito com álcool e óleos vegetais. A questão política da energia e da tecnologia está ligada à geografia do território. Com incidência solar e abundância de água doce, a energia da biomassa é rica nos trópicos, e não nos países hegemônicos que tiveram carvão mineral e petróleo ou foram buscá-los nas terras dos outros.

Neste século XXI o hemisfério Norte está na escassez energética e assistindo ao fim do petróleo e à interdição ecológica do poluente carvão mineral. Não é hoje nenhum delírio megalomaniaco ou messiânico conceber a história universal a partir das zonas intertropicais. A evolução da humanidade trilhou a seqüência lenha-carvão mineral-petróleo, sendo que a utilização da energia nuclear é uma incógnita, uma ameaça destruidora e apocalíptica. O ponto de partida do desenvolvimento capitalista industrial na Inglaterra se processou com a máquina a vapor acionada pela presença de carvão mineral em seu território. Idem aconteceu nos Estados Unidos a conjunção de petróleo e tecnologia do motor a explosão. Essa idade fóssil vai de 1800 até 1970, momento do sinal de alerta sobre o petróleo chegando ao fim. Toda a civilização industrial depende do petróleo para o seu funcionamento. Os países situados no hemisfério norte, os chamados países desenvolvidos estão apavorados com a perspectiva do esgotamento do petróleo, porque são os que mais usam essa forma de energia, e que no passado tiveram imensas reservas de carvão- mineral e petróleo. Mas agora a importância geológica das zonas temperadas e frias cede o seu lugar para o trópico por causa da incidência solar e da abundância de água doce. E nessa geografia tropical sobressai a energia vegetal da biomassa que irá inexoravelmente substituir o petróleo agônico. O que está em vias de acontecer no relacionamento entre o hemisfério frio e o temperado com as regiões intertropicais é uma espécie de acirramento hiperbólico do colonialismo na fase do ocaso dos combustíveis fósseis. É que neste século XXI, do ponto de vista energético, a periferia do capitalismo é o centro, principalmente se designarmos por periferia a região geográfica dos trópicos (MOURTHÉ, 2005). “Foi o Brasil um caudal inexaurível” (BRANCO, apud TORRES, p. 16), escreveu Camilo Castelo Branco. E continua ainda com a idade fóssil da indústria em vias de ser substituída pela energia vegetal da biomassa. De novo – mas agora elemento vital e de sobrevivência energética – a terra do sol, o território do etanol está sob a cobiça e apropriação dos países hegemônicos neste século XXI. As caravelas vieram impulsionadas pela energia eólica: vento e lenha. Os concursos energéticos no passado foram a mula, o boi e o negro escravo. O combustível do engenho de açúcar foi a lenha, em seguida a força hidráulica. Portugal nunca possuiu carvão mineral e petróleo em seu sub-solo.

A matriz energética mudou com a substituição de Londres por Washington, de Lombard Street para Wall Street. A máquina a vapor e o carvão mineral comandaram a colonização inglesa do Império. O primeiro empréstimo norte-americano ocorrerá no início de 1920. De lá para cá a superestrutura cultural do petróleo é o cinema. O cinema falado, o grande culpado da superestrutura alienígena, segundo o samba carioca de Noel Rosa, foi o veículo do New Deal rooseveltiano nos Estados Unidos e de Hitler lá na Alemanha (GODARD, 1998). Aqui o cenário era a *hacienda* de café

com Hollywood, tão bem radiografado pelo escritor modernista Oswald de Andrade que morreu em 1954. Na década de 70 Glauber Rocha insistirá que na história do Brasil desde 1930 triunfou o audiovisual das *pictures* imperialistas: o *bad movie* da política será o golpe de 1964. Glauber Rocha denunciou na cultura a expansão imperialista norte-americana a partir de 1930. Não por acaso concebeu o cinema novo como a síntese da tragédia política de Getúlio Vargas com a utopia sonora de Villa Lobos.

O antropólogo Darcy Ribeiro gostava de citar Hegel sobre a guerra entre os povos latinos e anglo-saxões. Em seu livro *Testemunho*: “Esta guerra está em curso. Entretanto, em lugar de movimento de tropas e batalhas campais, ela se trava mediante conspirações, invasões, subornos, contratos, intimidações, (quarteladas), treinamento de forças repressivas, programas de estudos sociológicos, projetos econômicos e campanhas publicitárias” (RIBEIRO, 1972). E nessa guerra o adversário dos norte-americanos (como aconteceu com Getúlio Vargas em 1954 e João Goulart em 1964) foi menos o marxismo do que o nacionalismo anti-imperialista. Desde a metade da década de 50 a Petrobrás estará no âmago da história do Brasil, citada com destaque na Carta Testamento de Getúlio Vargas. O combustível do colonialismo inglês foi o carvão mineral, mas a supremacia imperialista dos Estados Unidos se deve ao petróleo, junto com o dólar, a televisão e o poder militar pós-1945. Do carvão mineral ao petróleo a transição se realizou dentro de uma mesma esfera fóssil, ou seja, no universo químico do hidrocarboneto.

O ensaísta Gondin da Fonseca, que estudou a história e a literatura portuguesas, espantava-se com a anglomania dos intelectuais em Portugal, e também no Brasil, fundada na mistificação da excelência democrática da monarquia parlamentar e de seu livre-cambismo. (FONSECA, 1963, p. 60). Disso o reflexo é a atitude mental copiográfica em relação à Inglaterra, França e Estados Unidos. Convém reparar que, no Brasil no século XX, a progressão do domínio econômico inglês para o norte-americano processou-se em clima cordial e amistoso pela convergência de seus interesses. É por isso que a crítica da cultura de Eduardo Lourenço ganha ainda mais importância ao tematizar a particularidade da relação Portugal e Brasil, trazendo com isso elementos do passado para entender nossa atual inserção no sistema mundial capitalista. É curioso que Eduardo Lourenço se indisponha contra o conceito de período colonial ou de tempo colonial, assim haveria que nuançar a antítese colonizador versus colonizado, levando em conta a atuação do português no Brasil, diferente do que sucedeu em Angola, Moçambique e São Tomé. Aqui não se aplicaria a clivagem colonizador/colonizado, tampouco se trata de uma colônia propriamente dita, pois é da auto-colonização do português que surgem o Brasil e os brasileiros. A palavra “auto-colonização” é a chave para o entendimento sobre a particularidade do nosso caso: invés de conquistadas, as terras do Brasil foram ocupadas. Daí o processo simultâneo de colonização e auto-colonização. Os brasileiros seriam também auto-colonizadores e atores da colonização, assim como os portugueses, segundo Eduardo Lourenço, já eram brasileiros antes mesmo de terem vindo aportar na praia de Porto Seguro. “Deus tinha decretado que os índios (e, sobretudo as índias) os esperavam. Mas na outra margem, no relógio do tempo vício, havia apenas brasileiros já avisados que Álvares Cabral vinha descobri-los.” (LOURENÇO, 1999). Gilberto Freyre, entusiasta do mundo que o português criou nos trópicos, não chegou a se valer da palavra “auto-colonização”; todavia converge com Eduardo Lourenço a respeito da feição específica do colonialismo no Brasil, que não foi o da “dramatização”, tal qual ocorreu com o colonialismo espanhol no México. Dos primeiros contactos no século XVI entre os marinheiros de Cabral e as índias não permaneceu como recordação traumática a experiência do estupro.

O que me chamou a atenção quando escrevi *O Xará de Apipucos*, (VASCONCELLOS, 2000) foi a ausência da categoria de colonialismo na gnose de Gilberto Freyre sobre o Brasil dos primeiros

séculos. Em seu lugar sobressai a fluidez social entre colonizador e colonizado. Algo semelhante observa-se na obra do maior estudioso da cultura popular, Luis da Camara Cascudo, para quem o Brasil amanheceu no século XVI de um encontro feliz. Em seus livros não se depara com o colonialismo como categoria de dominação. Segundo Luis da Camara Cascudo, na cultura popular brasileira caberá na escala étnica o primado do elemento português, seguido do indígena e, depois, do negro (CASCU DO, 2002). E tal configuração étnico-cultural não deve ser explicada como resultado da violência ou da repressão imanente a todo processo colonizador, sendo nesse aspecto diferente da experiência colonizadora portuguesa em outras terras. O historiador Oliveira Lima, mestre de Gilberto Freyre, sublinhava – por conhecer em profundidade a expansão inglesa e espanhola na América – que o Brasil havia sido uma espécie de colônia mimada (LIMA, 2006).

Recentemente Carlos Lessa realçou a influência portuguesa na cidade do Rio de Janeiro e lamentou a desatenção dos intelectuais brasileiros a respeito de Portugal, como se este já tivesse para nós cumprido seu papel. Por outro lado, Carlos Lessa, à maneira do que mostrou Ortega y Gasset em relação aos espanhóis na América, assinala que os portugueses rejuvenesceram ao virem para cá, e que o conceito de Brasil nunca foi concebido como anti-português. Mesmo na literatura romântica do indianismo brasileiro não houve rejeição a Portugal (LESSA, 2002). O Rio de Janeiro continua sendo uma cidade de feição luso-brasileira, malgrado o Can-can francês, o Mac Donald's, a Barra Miami. Este é o recado do livro *Rio de Todos os Brasís*. Foi com a República Velha que a francofilia substituiu, de acordo com Carlos Lessa, a expressão América Portuguesa por América Latina. De olho em nosso atraso, o positivismo não quis saber de Portugal, país sem indústria e chaminés. A influência norte-americana inicia-se com Tavares Bastos e Rui Barbosa. Dos anos 20 em diante aparece a americofilia de Monteiro Lobato e Vianna Moog, mas na década de 30 Gilberto Freyre enfatizará o papel predominante de Portugal na civilização brasileira. O escritor modernista Oswald de Andrade, em suas digressões filosóficas sobre a estética antropofágica, colocará em relevo que, na história da colonização, o termo “estrangeiro” nunca foi identificado a português, e sim a holandês, francês e inglês (LESSA, 2002, p. 46-76), o que parece ir ao encontro do conceito luso-brasilico de “autocolonização” formulado por Eduardo Lourenço.

Nas ciências sociais quem destoa da interpretação mitigadora da contradição colonizador versus colonizado é o marxista Darcy Ribeiro com a antropologia do povo brasileiro centrada na ningüendade, a qual em vários aspectos foi influenciada por Manoel Bonfim, o médico e educador que em Paris escreveu sobre a “malevolência européia” o pioneiríssimo *América Latina: Males de Origem* em 1903, a primeira tentativa entre nós de desprovincializar o horizonte dos intelectuais brasileiros, que viviam e continuam vivendo alheios ao tempo e ao tempo latinoamericanos. Acusa o parasitismo europeu por todo o nosso infortúnio e não perdoa nenhum colonizador das “nações saltadoras” especializadas no saque, no arbítrio e na brutalidade. A Europa nos trouxe, segundo Franklin de Oliveira, “um tipo de civilização sem civilidade: quer dizer- uma civilização em que a sede de dinheiro era o centro dinâmico dos novos donos da terra” (OLIVEIRA, 1993).

Os críticos radicais do colonialismo sublinham que a gestação psico-cultural do homem brasileiro é determinada pela alienação de um povo que não trabalha para si mesmo, explorado por uma classe dominante gerenciadora de interesses econômicos estrangeiros. O ponto inicial dessa crítica é Manoel Bonfim, o fundador da antropologia no Brasil e dos brasileiros, segundo Darcy Ribeiro, que certamente nele se inspirou ao formular a idéia de que não havia, sob a égide salvacionista da expansão ibérica, desígnio algum de constituir um povo autônomo e com feição própria. O colonialismo engendrou a ningüendade, sendo que a maioria da população

é geneticamente indígena. Darcy Ribeiro escreveu: “Efetivamente, o Brasil não nasceu como etnia e se estruturou como nação em consequência de um desígnio de seus criadores. Surgiu, ao contrário, como uma espécie de subproduto indefinido de um empreendimento colonial, resultante da revolução mercantil, cujo propósito era produzir açúcar, ouro ou café e, sobretudo, gerar lucros exportáveis” (RIBEIRO, 1972, p. 3).

ABSTRACT

This article compares Portuguese culture -as understood by the essayist Eduardo Lourenço- with Brazilian culture -as discussed by the anthropologist Darcy Ribeiro. This comparison concentrates on the idea of “saudade” and the idea of nobodiness from the point of view of the process of Portuguese colonization and, at the same time, the influence of England, that exercised economic and cultural hegemony in Europe and Latin America since the 17th Century.

Keywords: Colonization. Periphery. Resentment.

Notas explicativas

¹ Eduardo Lourenço é afeiçoado à análise psicanalítica da cultura.

Referências

- ARGUMENO, Arcira. *Los Silencios y las Voces en la América Latina*. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 2004.
- ARREGUI, Juan José Hernández. *Imperialismo y Cultura*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2005.
- BENAYON, Adriano. *Globalização versus Desenvolvimento*. 2. ed. São Paulo. Escrituras, 2005.
- BONFIM, Manoel. *América Latina: os males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- CASCUDO, Luís da Camara. *Geografia dos mitos brasileiros*. São Paulo: Global, 2002.
- FONSECA, Gondin. *Afonso de Albuquerque e Mao Tse Tung*. São Paulo: Fugor, 1963.
- GODARD Jean Luc. *Histore(s) du Cinema*. Paris: Sallimard, 1998.
- GRIECCO, Agripino. *Introdução: as razões da Independência*. 4. ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1977.
- LESSA, Carlos. *Auto-estima e desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- _____. *Os Lusíadas na Aventura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.
- LIMA, Oliveira. *Dom Loão VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- LOURENÇO, Eduardo. *Nau de Ícaro*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- _____. *Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- MARTINS, Oliveira. *Literatura e Filosofia*. Lisboa: Guimarães e editores, 1955.
- _____. *Temas e questões, antologia de textos*. Lisboa: Coleção Pensamento Português, 1981.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Crítica 1964-1969 - Ensaios sobre literatura e arte*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

- MOURTHÉ, Arnaldo (Org). *Projeto Brasil trabalhista: caderno 3*. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.
- OLIVEIRA, Frank. Introdução: *América Latina: os males de origem*. Rio de Janeiro: Tobooks, 1993.
- ORTEGA y GASSET, José. *Meditación del Pueblo Joven y Otros Ensayos*. Madrid: Alianza editorial, 1981.
- RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 2.
- RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*. Rio de Janeiro: Fransisco Alves, 1995.
- _____. *Os Índios e a Civilização*. São Paulo: Círculo do livro, [19__].
- _____. *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- SARAIVA, Antônio José. *A tertúlia Ocidental*. Lisboa: Gradiva, [19__].
- SILVA, Agostinho. *Educação de Portugal*. Lisboa: Ulmeiro, 1989.
- TORRES, Antonio. *As Razões da Independência*. 4. ed. Itatiaia: Belo Horizonte, 1957.
- VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *O xará de Apipucos*. São Paulo: Casa Amarela, 2000.
- WOOD, Ellen Meiksing. *Empire of Capital*. London. Verso, 2005.

